TRANSCRIÇÃO (TEXTO NÃO REVISADO)

SESSÕES ORDINÁRIAS - 18/12/2025

Música Senhor Proteção a Deus em nome do povo de Parnamirim declaro aberta a presente sessão convido o vereador Maico Borges para proceder com a leitura da mensagem bíblica Os que confiam no Senhor são como um monte de cião que não se abala mas permanece para sempre Salmo 125, 1 Agradeço o vereador Maico Borges Passaremos a leitura do Expediente Como não há atas Passaremos a leitura do Expediente Pelo primeiro Secretário, vereador Tiago Fernandes Senhor Presidente O Expediente Não consta de nenhuma matéria Agradeço o vereador Tiago Fernandes Passaremos o horário destinado a uso A tribuna pelas senhoras e senhores vereadores Enquanto organizam aqui o sistema Eu vou suspender a sessão por 5 minutos Senhoras e senhores vereadores vamos retomar a nossa sessão com a hora do dia solicito o registro da presença para que a gente possa entrar na hora do dia vereadora Rafaela de Nilda vereador Maico Borges vereador Gabriel César senhores e senhores vereadores na hora do dia nós temos em única discussão única votação a Emenda 01/2025 que acrescenta que acrescenta os incisos 1º e 2º ao Projeto de Lei Complementar 024/2025 e estabelece sua vigência. Autor, Poder Legislativo Municipal, Comissão de Constituição, Legislação e Redação Final. Em única discussão, em única votação, em única votação, aprovado a Emenda 01/2025. Senhoras e senhores vereadores, em única discussão com a votação, a Emenda 01/2025 que altera a Emenda do Projeto de Lei Complementar 025/2025 do artigo 1º e artigo 67 do Projeto de Lei Complementar nº 25/2025, autor, poder legislativo municipal, comissão, constituição, legislação e redação final. Em única discussão, em discussão, vereador Tiago Fernandes. Discussão, Sr. Presidente. Gostaria de pedir só o DPL, a Emenda, por favor, já que não está constando ainda no sistema. Sr. Presidente, solicitando aqui, utilizando aqui o nosso Regimento Interno, onde, no artigo 145, primeiro que não foi dada a possibilidade de Emendas por toda a condução, quem está acompanhando desde o início já viu, para que seja possível Emendar, discutir, dialogar acerca desses projetos de leis. Mas, tratando especificamente da reforma administrativa, nós temos a Comissão de Finanças, Constituição e Finanças, emitiu uma Emenda junto ao seu parecer. Então, nós solicitamos, pegando os artigos 116, artigos 145 do Regimento Interno, que seja utilizado, seja dado o prazo legal para que a gente possa também analisar essas Emendas e, posteriormente, aí sim, votar. Visto que a Emenda da Constituição, da Comissão de Constituição, foi uma Emenda até razoável. E outro ponto que a gente precisa avaliar também, o aumento no gasto do erário público com essa reforma. em torno de 3 milhões. Então, a gente não pode aprovar ou colocar em votação um projeto nessa magnitude sem ter essa análise específica, detalhada. Então, a gente precisa, tomando como base o estudo do impacto financeiro que veio anexo ao Projeto de Lei. Então, solicito que, mesmo que seja numa sessão extraordinária, na próxima semana, mas que a gente não passe essa Emenda aí posteriormente o projeto para votação hoje porque senão mais uma vez vamos estar sendo irresponsáveis com o dinheiro do nosso povo muito obrigado é a única discussão é

discussão, senhor Presidente é discussão só para assinar só para assinar uma dúvida, senhor Presidente nós estamos votando agora é a Emenda, só a Emenda ok, obrigado Em única votação, em Emenda 01/2025, aprovada a Emenda 01/2025. Senhoras e senhores, em única discussão, em única votação, nós temos a Emenda 01/2025, que modifica a redação do artigo 2º do parágrafo único do Projeto de Lei 274/2025, que autoriza o Poder Executivo Municipal a realizar despesas com iluminação natalina decorativa no município de Parnamirim e dá outras providências. Autor, Poder Legislativo Municipal, Comissão de Constituição, Legislação e Redação Final. Em única discussão... Em discussão, senhor Presidente. Em discussão, vereador Tiago Fernandes. Essa Emenda feita pela Comissão de Finanças é justamente para corrigir uma casca de banana, como se diz no popular, vinda do Executivo, onde queria deixar muito flexibilizado essa possibilidade de gasto com a eliminação pública. Pode-se utilizar a COSIP, mas tem seus critérios. Então, para que essa correção seja feita e a autorização seja executada conforme dita as regras legais, essa lei, essa Emenda foi requerida e foi protocolada aqui nesta casa. Então, obrigado. Agradeço ao vereador Tiago Fernandes. faça correção, é uma Emenda de autoria da Comissão Permanente de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira. Em única votação? Em discussão, vereador. Em discussão, vereadora Harika. É importante que essa Casa Legislativa entenda, principalmente nos últimos anos, nós fizemos um levantamento, podemos, inclusive, compartilhar para os outros gabinetes, que a COSIP, depois do ano de 2022, começou a ser utilizada de maneira um pouco mais restritiva. Até o final desse ano, de 2026, as prefeituras poderão utilizar 50% do recurso da COSIP para atividades não relacionadas à iluminação pública e 50% direcionadas à iluminação pública. Depois de 2026, esse valor vai reduzir de 30% para a utilização para outras atividades, 70%. O que me chamou a atenção, e na realidade é uma decisão do município, mas é uma atenção que essa Casa Legislativa precisa levantar, é que estava direcionado para a iluminação natalina 50% desse valor. E aí a Emenda, pelo que eu entendi, ela direciona 20%, 30%, 30%. Contudo, o município pode direcionar até hoje, atualmente, 50% para o que ele quiser definir. E aí a gente vai falando de um universo projetado de 25 milhões. Hoje, o que tem empenhado para a utilização para o próximo ano é de mais ou menos 2 milhões, que corresponde a 9% desse valor. E se a gente chegar a 50%, seriam 15 milhões investidos em iluminação pública. Perdão, em iluminação natalina. Só uma discussão sobre isso, só para complementar, justamente a fala da variadora Harika. 50% são para políticas públicas. Com esse ajuste, estamos possibilitando 30% dos prováveis 25 milhões, que dá em torno de 7 milhões e meio. Então, realmente, é um recurso ainda bem razoável e acima do que estava planejado. Ainda em discussão, Emenda 01/2025, em única votação. Aprovada a Emenda 01/2025, em única votação. Senhoras e senhores vereadores, em única discussão, única votação. Nós temos o Projeto de Lei Complementar 024/2025, que institui o desconto do pagamento da taxa de licença para localização e funcionamento de estabelecimentos comerciais, industriais, profissionais e similares. O TLF, dos exercícios de 2026 a 2028 e das outras providências. Autor, Poder Executivo Municipal, Prefeita Raimunda Nilda da Silva Cruz. Em única discussão, em única votação. Aprovado em única votação, Projeto de Lei Complementar 024/2025. Sr. Presidente, questão de ordem questão de ordem vereador quero pedir a dispensa da redação final desse projeto acolho o pedido de vossa excelência acolho o pedido de vossa excelência e submeto ao plenário a dispensa da leitura da redação final do Projeto de Lei Complementar 024/2025, aqueles que aprovam permaneçam como se encontram aprovado, senhores e senhores vereadores em pauta nós

temos Projeto de Lei Complementar 25/2025, que é a única discussão, única votação que dispõe sobre a estrutura administrativa e organizacional de Parnamirim e de outras providências. Autor, Poder Executivo Municipal, Prefeita Raimunda Nilda da Silva Cruz, em única discussão... Em discussão, Sr. Presidente. Em discussão, o vereador Tiago Fernandes. Gostaria mais uma vez de solicitar que esse projeto seja votado com um pouco mais de prazo, para que a gente possa analisar, visto a importância do mesmo, visto o aumento no gasto financeiro que terá. Então, a gente não pode pegar um projeto nessa magnitude e com diversas Emendas realizadas pela Comissão de Constituição, com diversos ajustes que precisam serem feitos e apenas colocar para votação como se fosse, como disse anteriormente, trocar de roupa. E não é isso que vai acontecer. Isso aqui é uma mudança grande, com criação de secretarias, ajustes em outras, A diminuição da prerrogativa de algumas secretarias. Então, é um projeto muito delicado. Necessário, concordo. Mas a gente precisa analisar realmente de forma tranquila e calma para que não cometa nenhum erro. Muito obrigado. Discussão, Projeto de Lei Complementar 25/2025. É discussão, senhor Presidente. Discussão, vereador Gabriel. Senhor Presidente, hoje estou com um projeto aqui em mãos. É algo em torno de 114 páginas. Realmente foi difícil analisar em poucas horas esse projeto. Não tem como votar do jeito que está, sem conseguir fazer análise. Pronto, seu Presidente. Então, não tem como analisar o projeto de 114 páginas em poucas horas. A gente já falou aqui sobre o regimento, que o regimento não foi cumprido, vários artigos. E também, seu Presidente, apenas para citar também que nós fizemos a Emenda aos projetos, Nós já protocolamos no departamento legislativo e esperamos que possamos resolver esses problemas posteriormente. Mas, do jeito que está, é impossível a minha equipe analisar aqui. Estou com um projeto em mãos, estava tentando ler aqui, mas é muito difícil. Lei 114 páginas em uma hora, duas horas. Um projeto tão importante que vai trazer um impacto tão grande para a Parnamirim. Por isso que eu solicitei a sessão extraordinária para que pudesse analisar isso aqui com calma, junto com a equipe. Mas, infelizmente, não foi possível. a gente faz o que está dentro do nosso alcance. Muito obrigado. Em discussão, senhor Presidente. Em discussão, vereador, para finalizar, vereador Tiago Fernandes. Vale salientar que serão 51 cargos a menos na prefeitura municipal. Então, 51 famílias estarão fora do mercado, fora dos quadros da prefeitura, com aumento, vale salientar também, do recurso. O aumento da folha de pessoal será aumentado em torno de mais de 3 milhões, em torno de 3 milhões e meio. Então, a gente precisa, sim, analisar de forma fria para ver o impacto realmente positivo ou negativo desta reforma. Vale frisar, só para concluir, seu Presidente, 51 famílias estarão demitidas com essa reforma administrativa. e o aumento de R$ 3,5 milhões da folha pessoal. Muito obrigado. Em única votação, Projeto de Lei Complementar 025/2025. Vereador Diego Américo. Aprovado em única votação, Projeto de Lei Complementar 025/2025. Questão de ordem, Presidente. Questão de ordem, vereador Eurico da Japão. Quero pedir a dispensa da redação final do Projeto de Lei Complementar 025/2025. acolho o pedido de vossa excelência submeta ao plenário a dispensa da leitura da redação final do Projeto de Lei Complementar 026 025/2025 aqueles que aprovam permaneçam como se encontram voto contrário vereador Tiago Fernandes, vereador Gabriel César aprovado senhoras e senhores vereadores em única discussão com a votação nós temos o Projeto de Lei Complementar 026/2025 que dispõe sobre o regime jurídico dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias do município de Parmerim e das outras providências. Autor, Poder Executivo Municipal, Prefeita Raimunda Nilda da Silva Cruz, em única discussão, em discussão, o

vereador Maico Borges. Em discussão, senhor Presidente. Senhor Presidente, eu acredito que eu não preciso narrar para essa casa a importância do trabalho dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias, pois esse tem sido um tema que, durante todo o nosso mandato, a gente tem repetido e tem trazido aqui para essa casa, em números, não apenas em palavras, o quanto esses profissionais são importantes para o Sistema Único de Saúde. E posso dizer isso com muita segurança, que o formato de saúde que é aplicado ao Brasil hoje, ele decorre do trabalho desenvolvido pelos agentes comunitários de saúde e pelos agentes de combate às endemias. Se hoje nós temos uma saúde preventiva, essa saúde se alicerça nas informações que são coletadas dia a dia na casa de toda a população nos mais distantes rincões desse país através dos agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias. No ano de 2022, nós tivemos uma ação direta de inconstitucionalidade contra uma lei municipal, contra a Lei 023 do município de Parnamirim, que estabelecia, que criava os carros de agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias. e também contra alguns artigos da Lei 052/2011, que alterava o regime jurídico dos agentes. Essa lei de 2007, a Lei 023, ela tinha um artigo, em seu artigo décimo, que ela criava uma estabilidade temporária. Ela dizia que os profissionais que estavam em exercício, independente da forma do ingresso para o cargo de agente comunitário de saúde e agente de combate às endemias, teriam estabilidade nos seus empregos até a realização de um concurso público. Portanto, ela criava uma estabilidade temporária, o que não é permitido à luz da Constituição. E por causa desse artigo específico, todo o regime jurídico da categoria foi considerado, tudo que tratava desse regime jurídico dentro dessas duas leis específicas do município foi considerado inconstitucional. O artigo 1º, 2º e 3º da Lei 052 acabaram, por arrastamento, sendo considerados inconstitucionais, porque estavam diretamente ligados a esse artigo 10º da Lei 023. Foi um duro golpe para os agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias profissionais que se dedicam ao município de Parnamirim há tantos anos à saúde municipal. Bom, feito isso, nós tivemos no ano de 2023 uma nova ação direta de constitucionalidade, essa, julgada pelo Supremo Tribunal Federal, que teve como relator o ex-Ministro Barroso, e em sua relatoria ele deixou claro, no seu parecer ele deixou claro, no voto de sua relatoria ele deixou claro, que os agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias observam uma exceção à regra constitucional. Portanto, esses profissionais, o constituinte permite que esses profissionais, a partir da Emenda constitucional número 51, permite que os profissionais que tenham se submetido a processo seletivo antes da data da promulgação da Emenda, tendo que observando o lapso temporal de publicação da própria Emenda, possam ser absorvidos pelos municípios brasileiros. Já no artigo 8º da Lei nº 11.350, ele estabelece que o regime jurídico dos ACS e ACE é o regime jurídico estatutário, salvo se, no caso dos municípios, do Distrito Federal e da União, lei local estabeleça regime jurídico adverso, portanto, deixando a responsabilidade à cargo dos prefeitos e dos Governadores. Bom, senhor Presidente, eu estou fazendo todo esse relato para que a gente entenda que trata-se de uma matéria tecnicamente muito bem embasada, está certo? E essa técnica ainda é reforçada pela adesão do Supremo Tribunal Federal, que estabeleceu de forma clara e objetiva que cabe ao ente local, cabe ao gestor definir qual o regime jurídico do ACS e ACE. E hoje o Projeto de Lei 026 vem para essa casa para fazer essa justiça, para reestabelecer o que nós nunca deveríamos ter perdido, que é o regime jurídico estatutário para os agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias de Parnamirim. Que a partir de hoje, essa casa, muito respeitosamente, e eu

agradeço aqui a cada um dos nobres colegas vereadores e vereadoras, porque se não fosse a vontade de vocês em recepcionar esse projeto, em votar esse projeto com a devida, eu diria, com a devida velocidade que está sendo votado hoje, certamente nós teríamos grandes dificuldades ano que vem, porque a partir do início do ano nós temos a recomposição salarial do PIS Salarial Nacional do ACS e ACE, que é reajustado todo ano pelo governo federal. No momento desses repasses, se nós não tivermos essa lei aplicada, simplesmente os agentes terão dificuldades e poderão ter um congelamento de suas carreiras. A lei que vai ser votada agora é uma questão de justiça. E em nome dos ACS e ACS, eu sei que eles não estão aqui, muitos deles não estão, tem alguns aqui presentes, e eu queria saudar os colegas que estão aqui presentes no plenário, outros estão nos acompanhando pelas mídias sociais, pelo YouTube da Câmara, pelo Facebook da Câmara. E em nome de cada um dos ACS e ACS de Parnamirim, eu quero agradecer essa Câmara e agradecer à prefeita Nilda por ter Mandado esse Projeto de Lei, que se Deus quiser já já nós estaremos votando e fazendo justiça com essa categoria muito obrigado senhoras e senhores vereadores muito obrigado à prefeita Nilda e muito obrigado aos ACS e ACE pela oportunidade de poder representá-los aqui na Casa Legislativa, na Casa do Povo muito obrigado e lembre-se, juntos sempre seremos fortes é a única discussão vereador Irani Guedes boa tarde e E eu quero aqui parabenizar o trabalho incansável do vereador Maicon Borges e de todos os agentes de endemias e os agentes comunitários de saúde para que chegasse em uma discussão e que nessa discussão convencesse o Executivo a encaminhar esta casa, o Projeto de Lei, para resolver essa questão dos servidores. E aqui quero deixar os agradecimentos à administração, em nome da prefeita Nilda, por ter vindo à reunião lá na associação com o vereador Maico, com todos os servidores, e ela ter assumido um compromisso aí hoje, mesmo chegando no último dia, né Maico? mas chegou. O nosso pensamento era que, entrasse nesta casa, igual foi o plano de cargo, sendo, estando nesta casa, o segmento seria dado, mas chegou e, graças a Deus e a todos os vereadores que colocou em pauta e está sendo pautado e votado no dia de hoje. Então, parabéns a todas as categorias, parabéns à gestão e aos vereadores que concordaram que esse projeto fosse votado hoje em regime de urgência. Muito obrigado. Em única discussão, o vereador Tiago Fernandes. Em discussão, senhor Presidente, parabenizar, realmente, sem sombra de dúvidas, a luta do vereador Maico Borges, de toda a categoria, por este projeto ter chegado aqui. E ficou claro que não é realmente prioridade para o Executivo Municipal. visto que desde outubro vem se tratando sobre esse assunto, vem se cobrando, ou aqui na Câmara Municipal, ou de forma, com reuniões internas, algo que é um direito. Então a gente espera, apesar de ter chegado no apagar das luzes, como eu já disse, ver se de fato está conforme o que deseja a classe, que agora se cumpra. Não tenho dúvidas de aprovação, mas que realmente seja sancionado esse projeto o quanto antes e seja efetivado, o que é o principal. Que é isso que a classe quer, que é isso que os agentes comunitários e agentes de endemias querem. Não apenas protocolar um Projeto de Lei e encaminhar para casa. Eles querem que, após aprovado, a efetivação aconteça. Então, continuaremos cobrando. E que é para o próximo ano, existe um planejamento maior do Executivo Municipal para que não precisamos passar por tudo isso novamente. Muito obrigado. Discussão. Discussão, vereadora Harca Baixos. Gostaria de parabenizar o vereador Maico Borges pela sua luta incansável. E dizer que essa Casa Legislativa está de mãos dadas com vossa excelência. E dizer também que existe uma pauta muito parecida com a dos agentes de endemias e dos agentes de saúde que trabalham o meio ambiente, que trabalham o cuidado com as pessoas,

que trabalham a saúde pública, que são os profissionais da limpeza urbana. E eu espero que essa Casa Legislativa, e seguindo o caminho que V. Exª seguiu, vereador Maico Borges, se una, se dê as mãos, para que a gente possa validar aqui no nosso município a PL 4146, que dá a esses profissionais o direito de reconhecer os seus direitos, inclusive estabelecendo a insalubridade de 40%. Esse caminho que V. Exª caminhou, vereador Maico Borges, Tem que ser, sim, replicado para que outras categorias possam validar os seus direitos. E que, no próximo ano, a gente possa garantir a essa categoria o respeito e, principalmente, a valorização para o trabalho diário, ao meio ambiente, ao cuidado, que, de sol a sol, eles estão nas ruas todos os dias. Antes de iniciar a votação, eu gostaria, de uma forma muito especial, vou cumprimentar aqui Eliane, Niedson, Anabel, Lucilene, Lu e Tassiane, de uma forma muito especial, Mike, antes de aprovar esse projeto, eu gostaria de fazer um reconhecimento público à Vossa Excelência pela luta incansável nesta Casa Legislativa. Tenho certeza que esse reconhecimento e este Natal, de forma muito especial, vai ser muito feliz na casa de todos os ACEs e ACSs de Parnamirim. Então, parabéns, eu tenho certeza que essa Câmara Municipal, como sempre fez em reconhecimento a esses profissionais, irá, sim, aprovar esse Projeto de Lei e reconhecer a importância, mais uma vez, desta Casa Legislativa, nesse papel, em acolher, aprovar e sempre estar de portas abertas para essas categorias. Então, parabéns, Vossa Excelência, tenho certeza que essa vitória tem seu dedo lá, tem sua digital. Então, parabéns, faça esse reconhecimento público. Em única votação, aprovado o Projeto de Lei Complementar 026/2025. Parabéns a todos os agentes comunitários de saúde e agentes de edemias. Questão de ordem, Presidente. Questão de ordem. Quero pedir a dispensa do Projeto de Lei Complementar da redação final do Projeto de Lei nº 026/2025. acolho o pedido de vossa excelência submetam ao plenário a dispensa da leitura da redação final do Projeto de Lei Complementar 026/2025, aqueles que aprovam permaneçam como se encontram aprovado senhoras e senhores vereadores, nós temos em única discussão com a votação, o Projeto de Lei ordinário número 274/2025 que autoriza o poder executivo a realizar despesas com iluminação natalina decorativa no município de Parnamirim e dá outras providências, autor Poder Executivo Municipal, Prefeita Raimunda Nilda da Silva Cruz, em única discussão, em única discussão, vereador Tiago Fernandes. Carrega, tem tomada aqui. Senhor Presidente, mais um absurdo que nós vamos estar votando nesse momento. Como se faz a aquisição, se contrata uma empresa e não tem o recurso, recurso para pagar a decoração natalina. E, para piorar, querendo incorporar um valor que, segundo foi informado, de gestões anteriores. Então, caso isso venha a acontecer, são dois crimes que estão sendo cometidos. E acho que essa casa não pode ser condivente com isso e cúmplice. A gente tem que ter bastante cautela, realmente, ao votar nesse projeto aqui e não permitir que isso aconteça, para que além do erro do executivo a Câmara também não seja colocada nesse mesmo bolo, nesse mesmo pote, cometendo irregularidades. Muito obrigado. Em discussão, senhor Presidente. Em discussão, vereador Gabriel César. Senhor Presidente, eu queria que o executivo tivesse o mesmo engajamento, força-tarefa, para resolver os outros problemas, como tem para resolver esses problemas de iluminação natalina. É incrível. Manda um projeto. Depois que fizeram a contratação, toda a secretaria fazendo mutirão para resolver. Estive fiscalizando esses locais. Eu estive no polo do Parque Agestão Fernandes, na terça-feira. Se tivesse 100 pessoas, era muito naquele polo. Investimento altíssimo e a população não abraçou. Não abraçou por quê? Porque o básico não é o foco dessa gestão. Então, seu Presidente, vou votar contrário a esse Projeto de Lei do Poder Executivo e espero que aquilo

que realmente for de importância do Poder Executivo, que tenha esse olhar, principalmente para a Secretaria Sensor, está aqui a RN313, estrada para Cajupiranga, todo o lado esquerdo, sentido daqui para Piranji, ao lado esquerdo, está lá, sem postos, tudo escuro durante a noite. Lá perto da linha do trem, tudo escuro, não colocam os postos. Está aqui as passarelas, que podem dizer que a passarela é denite, mas a prefeitura colocou iluminação embaixo, próximo ao viaduto, e na parte superior do viaduto também, lá fez toda a parte de iluminação e não resolve as passarelas. Porque eu estive nessas passarelas esses dias, inclusive fiquei com medo até de levar uma facada lá, porque estava cheio de usuários de drogas lá nas passarelas, e diariamente ali passam diversas pessoas para trabalhar. Mas isso a prefeitura não procura ter uma atenção. Então, Sr. Presidente, meu voto é contra. Em única votação, Projeto de Lei ordinário 274/2025. Vereadora Harika... Está ali, Harika, Harika. Aprovado em única votação, Projeto de Lei ordinário 274/2025. Senhoras e senhores vereadores, em única discussão... Questão de ordem, Presidente. Questão de ordem, vereador Eurico da Japão. solicita a dispensa da redação final do Projeto de Lei 274/2025 acolho o pedido de vossa excelência submeta ao plenário a dispensa da redação da leitura da redação final do Projeto de Lei 274/2025 aqueles que aprovam permaneçam como se encontram voto contrário, senhor Presidente 274/2025 voto contrário, senhor Presidente voto contrário, vereador Tiago Fernandes aprovado senhoras e senhores vereadores em única discussão, única votação, nós temos o Projeto de Lei ordinário número 275/2025, que dispõe sobre a possibilidade de conversão em abono pecuniário de um terço do período de férias dos servidores efetivos e comissionados da Câmara Municipal de Parnamirim e das outras providências. Autor, Poder Legislativo Municipal, todos os vereadores em única discussão, em única votação. Aprovado o Projeto de Lei ordinário 275/2025. Senhoras e senhores vereadores, em única discussão, em única discussão, em única votação Projeto de Lei Ordinário 277/2025 que dispõe sobre a alteração da Lei Municipal 2330 de 5 de outubro de 2022 com as alterações dispostas na Lei Municipal nº 2470 de 26 de dezembro de 2023 Autor, Poder Legislativo Municipal, todos os vereadores, em única discussão, em única votação Aprovado, em única votação, Projeto de Lei ordinária 277/2025 Sr. Presidente, questão de ordem, gostaria de solicitar a dispensa da redação final desse projeto Acolho e pedido de V. Exª, vereador Tiago Fernandes, submeta ao plenário a dispensa da leitura da redação final do projeto 277/2025 Aqueles que aprovam, permaneçam como se encontra, aprovado Senhoras e senhores vereadores, em pauta nós temos, como não há mais matérias Presidente, questão de ordem Questão de ordem, vereador Ítalo. Do mesmo jeito que nós falamos aqui da responsabilidade, os agentes, essa Câmara também não pode se furtar e deixar os alunos sem o material escolar. Então, eu solicito para que a gente faça uma nova sessão para a gente poder votar o cartão escolar e que o parecer da questão de finanças seja colocado também em pauta. Muito obrigado. questão de ordem, senhor Presidente questão de ordem, vereador Gabriel César eu solicito também que seja analisada a Emenda que eu protocolei no DPL sobre esse projeto do cartão então vamos fazer o seguinte eu vou acolher o pedido do vereador Ítalo, vou submeter o plenário uma nova sessão, ele está solicitando e a inclusão em pauta do parecer da comissão de finanças orçamento e fiscalização financeira com relação ao projeto do cartão Educa Parnamirim. Submeta ao plenário, aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. Acolho também o pedido do vereador Gabriel César para incluir em pauta a Emenda ao Projeto de Lei do cartão Educa Parnamirim. Vai ser, na realidade, a Emenda dele vai ser analisada, não é? Vai ser analisada a Emenda. Não, ok. A gente vai analisar a Emenda

do vereador Gabriel. Não que vai aprovar a Emenda dele. Não, ok. Aí precisa analisar aqui, a gente precisa... Não, não, senhor Presidente... Não, o protocolo lá ele tem, mas é uma situação aqui, a gente vai... Não. Senhoras e senhores vereadores, eu submeto ao plenário o pedido do vereador Gabriel César àqueles que aprovam permaneçam como se encontram. Eu não sei qual a Emenda que ele vai protocolar a Emenda ainda. Professor Hito, do mesmo jeito que eu não tive tempo para analisar os projetos que vêm do executivo, não teve. Então, tem que seguir o rito. Tem que ter apreciação pela comissão. A comissão vai emitir um parecer da Emenda. Depois a gente vota a Emenda se vai ser aprovada. Depois volta o projeto. Então, sugiro ao vereador Chicão que a base vote contra a Emenda, para protocolar a Emenda. Submeta ao plenário aqueles que aprovam. Não, é contra o protocolo de Gabriel. Contra o vereador Ítalo, o vereador Rafaela. Quem mais? Chicão, Diego, Marquinhos, Jonas, Binho, Michael Borges, Eurico. Questão de ordem, senhor Presidente. Ítalo Raleça. A questão do protocolo da Emenda é um direito do parlamentar. Não, ele pode protocolar. Eu estou pedindo autorização para colocar em pauta agora. Se não, ele vai protocolar no DPL e vai entrar em pauta conforme as demais Emendas. Está no prazo legal, segundo o regimento. Tem que ser cumprido o regimento. Seu Presidente, já está no DPL. Aqui é o número do UNDOC. Eu já protocolei a Emenda. É só apresentar. A Emenda tem que entrar, tem que ser analisada, tem que ter o parecer, após o parecer. Peraí, peraí, peraí. Vereador Gabriel, vamos lá. Então vamos falar regimentalmente. Nós temos duas opções. Ou submeta ao plenário ou vossa excelência tem que apresentar o Requerimento assinado pela maioria dos vereadores. Assim como fez o vereador Chicão no início dessa sessão. A gente não pode ter dois pesos e duas medidas. Então, vou acolher o pedido de vossa excelência e vou submeter ao plenário o pedido de vossa excelência. Aqueles que aprovam, permaneçam como se encontram. Voto contrário. É uma Emenda, não é um Projeto de Lei. É uma Emenda, é um direito. Não, Presidente, é o risco da casa. Isso é uma Emenda da tramitação do Projeto de Lei. O projeto já foi apresentado e está tramitando. Qualquer parlamentar tem um direito legal e legítimo de apresentar Emendas. Isso é legal. Senhor Presidente, o que foi que aconteceu? O projeto entrou conforme o nosso regimento. Eu fui, fiz uma Emenda, mandei para o DPL. Qual é o rito? O DPL encaminha para a comissão, a comissão vai analisar a Emenda, vai emitir um parecer, para depois colocar em votação a Emenda, se a Emenda vai ser aprovada ou não. Após a análise da Emenda, após a votação, retorna para a votação do projeto. Está aqui, foi o que eu disse desde o início, a gente emendou, agora eu preciso que cumpra o regimento, senão vai ser mais um ato que não vai ser cumprido. Presidente, vamos fazer duas sessões, você quer que faça mais duas sessões? É, porque uma sessão não vai resolver. Não, não tem extraordinário. Não, vereador Gabriel, o Projeto de Lei que o vereador Ítalo se refere está em tramitação de regime de urgência. Então não tem nenhum problema a Emenda de V. Exª ser analisada também em conjunto. Não tem problema, certo? Então, novamente, vou submeter o plenário para que vocês votem. Aqueles que aprovam, permaneçam como se encontram. Eu gostaria de ter ciência de qual é a Emenda. Eu gostaria de ouvir a Emenda Minimamente isso, para saber se eu aprovo ou não aprovo Aqui, seu Presidente, questão de ordem Nós estamos com mais um capítulo Seu Presidente Presidente, pela ordem Seu Presidente Questão de ordem Presidente, questão de ordem Vamos simplificar aqui Questão de ordem, seu Presidente Na minha vez de fala Seu Presidente, questão de ordem Pessoal, vamos lá Questão de ordem, senhor Presidente. Vereador Maico Boas. Questão de ordem, vereador Tiago. A gente está vendo aqui mais um capítulo, dois preços, duas medidas. Tivemos aqui

três, quatro, cinco projetos de leis que foram votados, infelizmente, sem o total acesso dos vereadores. Aí uma Emenda não é possível. Ou seja, é melhor, sendo bem sincero, fechar essa casa legislativa e deixar só o Executivo administrar, porque a gente está sendo aqui censeado. E o pior, concordando, só abaixando a cabeça, na sua grande maioria. Então, não sei porquê a presença de 21 vereadores. Porque aqui a gente mostrou claro hoje a inoperância desta Casa Legislativa, abaixando a cabeça para tudo que vem do Executivo. Uma simples Emenda não poder ser protocolado é o cuno do absurdo. Então, vamos refletir realmente do papel dessa Casa Legislativa, porque, infelizmente, hoje eu me sinto envergonhado de estar aqui. Vereador Tiago, vamos lá. Então, eu acho que ainda pode colocar essa carapuça na Câmara Municipal. Cada vereador aqui vota conforme sua consciência. Então, a democracia é composta por duas coisas. Ou você concorda ou não concorda. E a gente tem que aceitar. Por mais que não seja, o senhor tem que respeitar. por mais que não seja a sua opinião. Então, não venho dizer que a Câmara Municipal está agindo dessa forma. Aqui, cada vereador tem sua consciência e vota e fala o que quiser, porque a democracia e nosso regimento permitem isso. Mas não dizer que aqui foi desrespeitada a Câmara Municipal. Não foi isso que aconteceu. Cada vereador aqui, V. Exª, vereador Gabriel e os demais que passaram aqui da oposição, tiveram toda a oportunidade de convencimento dos demais. Se não convenceram ou se convenceram, aí é outros 500. Mas dizer que a Câmara Municipal de Parramirim está sendo desrespeitada ou alguma coisa, eu não concordo e acho que V. Exª está atribuindo um adjetivo ou uma carapuça que a Câmara Municipal de Parramirim não merece. Inclusive porque V. Exª faz parte da mesma diretora, então não diga isso. Aqui a gente, quantas vezes, enquanto eu fui oposição aqui ao governo Itaveira, respeitei, quantas vezes aqui em processos, em quantos processos, eu estou falando, vereador Gabriel, da mesma forma que eu respeitei vossa excelência, Tiago, da mesma forma que eu respeitei vossa excelência, eu peço respeito também na minha fala. Vossa excelência é o que mais fala em respeito aqui, então respeite minha fala. Quantas vezes eu passei aqui, porventura, engolindo muita coisa, quando muita gente aqui dizia que não era verdade, rasgaram o regimento, fizeram tudo, mas eu sempre respeitei, porque é uma casa plural. Então a gente não pode desrespeitar o poder legislativo Porque o vereador votou a favor contra um Projeto de Lei Eu acho isso muito injusto É injusto com o poder legislativo É injusto com a casa que é tão grande, tão generosa, tão bonita Então a gente não pode fazer isso com o nosso poder legislativo Senhoras e senhores vereadores Senhor Presidente, eu estava no... Pois não Senhor Presidente Eu entendo que o vereador usa ânimos tão bem Eu diria, exaltados no dia de hoje Nós estamos aqui desde as Desde as nove horas da manhã Oito horas, desde oito A primeira reunião começou às oito Ninguém almoçou aqui É quase cinco da tarde Ainda temos a atividade do Tiz Cidadão Parlamirinense daqui a pouquinho Votamos projetos importantes e fundamentais Todo mundo que está discutindo aqui Que está aqui presente, que está brigando Está brigando porque entende que Parlamirinense tem que ter um formato de administração E cada qual com seu ponto de vista respeito do ponto de vista dos colegas da oposição, mas acho que a gente tem que compreender que nem sempre nós vamos caminhar juntos. Nós temos aqui uma coisa tão bonita, ainda agora no projeto 026 do regime jurídico dos agentes, onde foi o primeiro projeto que foi votado em unanimidade no dia de hoje. Então, assim, quando a questão é boa, quando a questão é justa, todos nós nos unimos. E tem questões aqui que elas independem de bandeira política, de lado político. São questões realmente de justiça. E eu entendo que no momento que a gente vai para

determinadas disputas, às vezes os ânimos se exaltam mesmo. A nossa Câmara é, seguramente, uma das melhores do Rio Grande do Norte. Nós recebemos, há uma semana atrás, o selo diamante de transparência pelo Tribunal de Contas. Nós somos referência em todo o Estado. Aqui nós recebemos diariamente vereadores que vêm de vários municípios do Rio Grande do Norte para entender como essa Câmara funciona, para entender como essa Câmara é moderna, porque ouve falar dessa estrutura fora daqui. Então, eu me orgulho muito em estar aqui, em ter tido a honra de ser eleito vereador, de fazer parte e de debater a cidade da forma como nós já batemos. Nem sempre a gente vai caminhar no mesmo sentido, gente. E isso faz parte da democracia, isso é normal. Isso não quer dizer que ninguém é subserviente, ou que ninguém aqui é subserviente. Todos nós somos independentes, todos estamos diante das maiores lideranças do município de Parnamirim. Quem está dizendo não sou eu, quem disse isso foi as urnas. As urnas disseram que os que estão aqui são algumas das maiores lideranças do município de Parnamirim. E essas lideranças precisam ser respeitadas, nós precisamos nos respeitar entre a gente, para que esses dissabores não se estendam para outras áreas, para outros campos. Então, dito isso, vereador Tiago, eu vou votar porque quero votar, vou votar porque entendo que tenho que votar, vou votar porque não quero que em janeiro inicie, e as crianças não têm a oportunidade de adquirir o seu material escolar. Ah, mas e se der errado? Se der errado a culpa não é minha, se der errado é de quem está executando. o meu papel é aprovar e dar as condições para que a prefeita consiga fazer uma boa gestão na cidade se ela não faz, aí a culpa não é minha a culpa é dela, eu que estou dando a confiança eu estou aprovando as questões que ela está mandando para cá nós estamos dando essa confiança o erro, o erro não é de quem acredita o erro é de quem não cumpre quem acredita não está errado não, está errado quem não cumpre, isso tem que ficar muito claro e o nosso papel como vereadores aqui não está, encerrou o ano, não está encerrando o nosso papel como vereador não encerrou o ano, a gente só está virando de um ano para o outro, mas o nosso papel de fiscalizador continua. Aprovou o projeto, aí é que a fiscalização continua, que a gente vai lá para a ponta saber como é que as pessoas estão adquirindo, esse valor foi suficiente, se não foi, como é que vai se corrigir isso, essas crianças vão ficar com o material de escola, vai estar completo ou vai estar incompleto, e o fardamento como é que vai chegar, tudo isso é nosso trabalho. E aqui o que a gente está dando é um passo. E assim, com muita convicção, pretendo votar na matéria, acho que é justo a matéria do... a Emenda do vereador Gabriel vir para ser debatida, não significa dizer que vai ser aprovada. Não significa dizer. Mas eu acho que é justo que ela seja submetida para que a gente avalie. E se não for justa a Emenda, que seja rejeitada, que seja reprovada. Isso faz parte da democracia. Certo? Muito obrigado. Presidente, já tinha me inscrito anteriormente. Vereadora Harika. Gostaria de parabenizar a sua postura, sempre muito diplomática. A postura do vereador Michael Bosch, também muito conciliador. Mas eu não vim para essa Casa Legislativa para deixar de ser eu em nenhum momento. E a fala do vereador Tiago Fernandes é muito forte. Ela é muito forte quando coloca todos nós em uma mesma balança. E quando coloca projetos em destaque versus outros projetos. Mas essa casa legislativa é detida de profissionais competentes e que entendem e compreendem o que se vota nessa casa. Hoje nós votamos um aumento de 41% das nossas verbas indenizatórias, que passou nessa casa por unanimidade. E não foi questionado, e o povo de Parnamirim precisa saber disso. Porque existem custos, existe necessidade de investimento, e manter um mandato é realmente muito difícil. Mas nós estamos falando aqui que não é só o que se fala para o povo

de Parnamirim, é a conduta de cada vereador. Então, o respeito para com essa casa, o meu voto, ou o voto de qualquer um dos parlamentares aqui, não tem só um peso da responsabilidade, é um peso político. Mas quando nós estamos, que abrimos brecha para um reajuste de 41% das nossas verbas indenizatórias, e não se abre o mesmo precedente para as outras questões, eu quero saber onde existem os dois pesos e as duas medidas. E eu não me nego a falar, porque também não vou estar no mesmo saco das outras pessoas, porque se eu me apresento como oposição e faço um vídeo imediato que a coisa viraliza e eu me torno um ícone daquilo ali, mas, ao mesmo tempo, assino para a benfeitoria e o bem-valer de todo mundo que está aqui nessa casa. Estamos também nos apagados das luzes. Então a minha fala é única e exclusivamente essa, e digo, nós precisamos votar porque o ano leitivo das crianças começam agora, é agora, é em janeiro que os pais precisam ter a certeza que vão ter esse cartão na mão. E da mesma forma, me vale da fala do vereador Maico Borges, de a condição deles terem a oportunidade de fazer essa compra e o município de errar, e nós estamos aqui para fiscalizar. Questão de ordem, senhor Presidente. Questão de ordem, senhor Presidente. Questão de ordem do vereador Tiago Fernandes, em seguida o vereador Gabriel César. Escutei aqui atentamente a fala dos que me antecederam. Respeito a todos, sei também e respeito muito mais o trabalho que eu executo aqui diariamente. Seja em plenário, seja nas ruas, seja em reunião, seja também através das redes sociais como todos aqui utilizam. E em nenhum momento utilizo minhas redes sociais para tentar denegrir um ou outro. Falei de situações que vivenciamos hoje. Em relação ao que aprovamos aqui da Casa Legislativa, não é obrigatório utilizar. Utiliza quem quiser. Existe a possibilidade. Agora, se quer usar ou não, aí sim, é de cada um. E como foi dito também, respeito o trabalho de todos. Alguns concordando 100%, outros nem tanto Mas falei de situações vividas nesta manhã e tarde, quase noite Desse dia 18 de dezembro Então, não acho também correto e justo querer denegrir todo um trabalho Que modeste a parte e com muito pé no chão Sei o qual eu executo diariamente E graças a Deus sendo bem reconhecido Então, continuarei na luta, vou continuar acreditando em tudo o que sempre acreditei e nos meus princípios. E se for de acordo, se for em benefício da população, pode contar com o meu voto. Mas se não for como hoje, aconteceu diversas situações aqui, votarei contra e refutarei até conseguir o objetivo alcançado. Muito obrigado. Obrigado, Gabriel. Sr. Presidente, a tinta de sugestão, mais uma vez, haveria possibilidade de colocar para o plenário decidir se poderia fazer uma sessão extraordinária? Vai ter título de cidadão daqui a algumas horas. A gente sabe que tem toda uma organização, o pessoal precisa ir em casa, para não atrasar o título de cidadão. Então, será que não pode colocar em votação? Ou colocar a questão de sessão extraordinária? Então, o meu questionamento é só isso, vocês são extraordinários para fazer, porque eu vou esperar... Vereador, eu entendo que está todo mundo cansado, mas eu vou até entender. Vossa Excelência quer que eu submeta ao plenário para a gente colocar a sua Emenda em pauta. Já consultei regimentalmente aqui a Procuradoria, e é permitido, como o Projeto de Lei está em regime de urgência, a gente consegue tramitar tudo em uma sessão, e a gente mata e deixa tudo do Executivo e do Legislativo zerado, digamos assim, os que estavam em pauta. eu acho que é importante, a gente deve isso ao povo de Parnamirim. Então, submeta ao plenário a autorização para colocar em pauta também na próxima sessão, tanto o Projeto de Lei que foi autorizado, quanto a Emenda do vereador Gabriel César, aqueles que aprovam permanecem como se encontram. Aprovado, como não há mais matérias para deliberar por encerrar a presente sessão, e convoco outra para daqui a cinco minutos.